



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO

Nº ordem: 11		ATA DE REUNIÃO	
Reunião de Avaliação de Resultados COGEST	Data	20.mar.2018	
	Hora	10h30 às 13h30	
	Local	Sala de Reuniões da Presidência	
Nome/Unidade dos Participantes			
Isabela Landim (Diretora-Geral)		Adélia Santos (Assessoria da Presidência)	
Sérgio Costa (Secretário da SA)		Mlexener Romeiro (Coordenador da STIC)	
Jane Leite (Secretária da SJ)		Maurício Filho (Secretário da SOF)	
Antônio Nascimento (Secretário da SGP)		Mônica Spreafico (Secretária da SCI - Observadora)	
Ana Cristina Vieira (Assessora da ASPLAN)		Ricardo Basto (Representante da ASSEG)	
Saulo Moreira (Assessor da ASCOM)		Eduardo Lucas (Coordenador da Biometria)	
Ana Paula Rocha (Representante da Ouvidoria)		Giovanna Dalla-Riva (Representante da EJE)	
Orson Lemos (Assessor da CRE)			
1- Tópicos da Pauta			
Pauta	Apresentação de Resultados dos Indicadores Estratégicos 2017		
	<ul style="list-style-type: none">Ana Cristina iniciou a reunião com a apresentação dos resultados estratégicos do ano de 2017 - Anexo I;Apresentados os objetivos da reunião, documentos de referência para o planejamento estratégico institucional e plano de gestão da presidência, linhas de atuação estratégica do TRE-PE e análise do processo de gestão estratégica; <p>Análise do processo de gestão estratégica:</p> <ul style="list-style-type: none">Foi ressaltado que os resultados estratégicos são institucionais e não das unidades individuais;		

Resultados Estratégicos

- Foram apresentados os resultados da análise crítica do processo de gestão estratégica e a necessidade de melhoria para o exercício 2018:
 - Sistematização do monitoramento e análise - definição clara das atribuições das unidades envolvidas;
 - Qualificação de gestores para a melhoria da qualidade da análise crítica;
 - Criar instrumento de comunicação para melhorar a divulgação das informações estratégicas como forma de internalizar a importância perante gestores e servidores;
 - Necessidade de automação das informações estratégicas - celeridade, consistência e tratamento dos dados.

Satisfação do cidadão - Pontos de melhoria:

- Identificada a necessidade de estruturação de pessoal da unidade de Ouvidoria para facilitar o desenvolvimento das atividades do processo de gerenciamento de satisfação do cidadão;
- Identificada a necessidade de estruturação de rotina interna na Ouvidoria que permita análise e retroalimentação dos dados captados pela Ouvidoria nos canais de acesso do cidadão;
- INDICADOR 01 - Pesquisa de Satisfação (avaliação do grau de satisfação do cidadão/eleitor / sociedade / serviços prestados). A Pesquisa de Satisfação através das urnas parametrizadas será feita ao longo deste ano de 2018, tendo sido a nova versão do Sistema Sispel, que armazenará os dados da referida pesquisa, liberada em 05/12/17, ficando definido como marco inicial da pesquisa em tela, a data de 08/01/18. No ano de 2017 não houve dados cadastrados no Sistema Sispel relativos à Pesquisa em epígrafe, não havendo, portanto, elementos e subsídios para se mensurar esse Indicador;
- INDICADOR 08 - índice de satisfação das solicitações destinadas à ouvidoria insitucional meta estabelecida = 30 %. meta obtida = 76%. O resultado da Pesquisa de Satisfação disponibilizada através do **Sistema da Ouvidoria (OUVE)** relativa ao ano de 2017 foi o seguinte:
 - Total de demandas fechadas no período (01º/01/17 a 31/12/17): 902.
 - Total de respostas à Pesquisa de Satisfação: 82.
 - Percentual de respostas à Pesquisa de Satisfação: 9,09 %, evidenciando, portanto, que os cidadãos/eleitores, regra geral, não tem interesse em responder à Pesquisas de Satisfação, mesmo que sejam de fácil e rápida resposta, pois a

Promoção à Cidadania

Pesquisa de Satisfação do **Sistema da Ouvidoria (OUVE)**, apesar de possuir apenas 03 breves perguntas objetivas, mesmo assim, teve um índice pequeníssimo de cidadãos/eleitores interessados em respondê-las;

- Cidadãos muito satisfeitos: 45 (54,88%);
- Cidadãos satisfeitos: 17 (20,73%);
- Cidadãos parcialmente satisfeitos: 8 (9,76%);
- Cidadãos insatisfeitos: 12 (14,63%).

Deverá ter análise quanto à meta estabelecida para 2018, em virtude do resultado apresentado em 2017. Para efeito de complementação da análise crítica, a Ouvidoria deverá realizar levantamento junto às unidades envolvidas nas respostas negativas de satisfação, para identificar pontos de melhorias. Essas informações devem constar na análise crítica dos indicadores de 2018.

- INDICADOR 09 - Índice de respostas emitidas pela ouvidoria
 - META ESTABELECIDADA = 100%; META ATINGIDA = 96%A Ouvidoria deverá realizar levantamento das dificuldades enfrentadas pelas unidades que não estão cumprindo as metas de respostas para verificar pontos de melhorias que devem ser apresentadas na análise crítica do indicador em 2018.

Fomento à Consciência Cidadã - Pontos de melhoria:

- os resultados obtidos em 2017 e exercício anteriores, relativos ao Projeto Eleitor do Futura vêm superando a meta de forma significativa. Portanto, a EJE deve apresentar a análise dos fatores que estão impactando no número significativo de pessoas beneficiadas, para avaliar à necessidade de redimensionamento da meta, para melhor adequação entre o quantitativo planejado e executado ou adequação das ações planejadas para 2018;
- Registrada que foi incluída como iniciativa estratégica o Plano de planejamento de ações da EJE, por parte da Presidência - o qual irá contribuir para o atendimento da Meta específica do CNJ para 2018.

Controle de Matérias Positivas na Mídia - Pontos de melhoria:

- Foi identificada pelo COGEST a necessidade da melhoria da análise crítica quanto às informações positivas e negativas, visando a identificar fatores de melhorias para os processos internos do Tribunal;
- Informado por Ana que esse indicador passará a ser gerencial da ASCOM, não constando com indicador estratégico na 2ª Revisão do Planejamento Estratégico

	<p>Institucional, aprovado pela Portaria TRE-PE nº 1210/2018. Foi registrado pela DG a necessidade da ASCOM continuar o monitoramento dessas informações e apresentar, periodicamente, relatórios dos resultados com a indicação dos pontos que estão impactando negativamente na imagem do Tribunal e quais as ações que serão realizadas para tratamento. Essas ações devem ser construídas de forma conjunta com as unidades administrativas.</p>
<p>Instituir Governança Judiciária</p>	<p>Controle de Determinações de Auditorias:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Registrado pela DG que houve uma melhoria significativa quanto ao atendimento das determinações de auditorias em relação aos anos anteriores; • Registrada a necessidade dos gestores realizarem maior acompanhamento das determinações e ações planejadas, devendo essas informações serem tratadas como uma das saídas obrigatórias das reuniões dos Comitês Setoriais e demais unidades administrativas; • Ressaltada a necessidade de rever a Portaria TRE-PE nº 708/2017, para que haja a inclusão da análise gerencial de unidades administrativas que não fazem parte dos Comitês Setoriais Executivos, mas possuem resultados estratégicos para serem mensurados.
<p>Fortalecer a</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Apontada a necessidade de reestruturação da unidade de projetos da ASPLAN, cujo integrante foi designado para compor o grupo de trabalho da biometria em 2016 e 2017. A ausência da estrutura de projetos - Escritório de Projetos Corporativo, prejudicou a mensuração do Indicador estratégico ID07 - Índice de desempenho das iniciativas corporativas para o exercício 2017. <p>Biometria - fatores que dificultaram o alcance da meta:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Meta em 2017, muito próxima a estabelecida para 2017 - 67,1% (meta alcançada) x 67,2% meta estabelecida; • Ressaltada a existência de um planejamento mais integrado para adequação física e lógica, ainda ocorreram alguns atrasos, principalmente quanto à disponibilização de recursos por parte das prefeituras; • Outro fator relevante foi a realização do rezoneamento em 2017, que provocou a necessidade de reestruturação de Zonas Eleitorais (junção e exclusão de ZEs), impactando no quantitativo de eleitores cadastrados. <p>Segurança física e patrimonial - indicador não mensurado:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Não houve, em 2017, a constituição do Plano de

**Segurança e a
Transparência
do Processo
Eleitoral**

Segurança Física e Patrimonial, o que gerou impacto na mensuração do ID 11 - Índice de cumprimento do Plano de Trabalho de Segurança institucional.

- Foi apresentado pela ASSEG, a minuta de resolução com as diretrizes para segurança física e patrimonial do TRE-PE, cujos registros estão no SEI nº 0011080-10;
- Após a aprovação da respectiva resolução deverá ser elaborado pela ASSEG o Plano de Ação, que subsidiará a elaboração do ID11 - Índice de cumprimento do Plano de Trabalho de Segurança institucional.

Segurança da Informação:

- Meta alcançada em 2017, sendo executada todas as ações estabelecidas para o exercício 2017.
- Para 2018 a ênfase será no controle da implantação dos requisitos da Política de Segurança da Informação da JE - Res. TSE 23.501/2016, havendo a revisão do Indicador Estratégico - ID12 - **Índice de aderência aos requisitos da Política de Segurança da Informação da Justiça Eleitoral**. A implantação do respectivo indicador permitirá uma visão sistêmica quanto ao atendimento dos requisitos estabelecidos para a Política de Segurança Institucional da Justiça Eleitoral. O acompanhamento da execução do Plano de Ação da CSI será realizado através da apresentação do relatório de desempenho quadrimestral de resultado estratégico.

**• Assegurar a
Lisura do
Processo
Eleitoral**

Controle de processos que importem em perda de mandato e diplomação - 1º grau

- Não foram apresentados resultados do ID13.1 - Quantidade de processos pendentes de julgamento que importem em restrições à diplomação e ao exercício de mandato eletivo **1º Grau**, justificado pela falta de servidor para execução do respectivo processo de levantamento e análise de indicadores estratégicos.
- Informada a auditoria apontada pelo CNJ, nos dados informados do Anexo I do Justiça em Números, ao realizar o cruzamento com as informações apresentadas pelo Módulo de Produtividade Mensal (divergência superior a 10%). As correções devem ser realizadas no Sistema de Estatísticas até o dia 15/abr;

Controle de processos que importem em perda de mandato e diplomação - 2º grau:

- Meta não alcançada, tramitando 16 processos com prazo maior que o estabelecido na meta.

	<p>Fatores que contribuíram:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Participação dos assessores de GD no controle de tramitação dos processos judiciais e administrativos; <p>Pontos de melhoria:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Atuação do COJUR na gestão jurisdicional; • Automação da captação de dados estatísticos.
<p>Celeridade no julgamento de processos judiciais que importem em restrições à diplomação e ao exercício de mandato eletivo, nos 1º e 2º graus de jurisdição</p>	<p>ID 14 - Tempo de julgamento de processos que importem em restrições à diplomação e ao exercício de mandato eletivo 1º e 2º Graus</p> <p>Resultados:</p> <p>1º Grau - Indicador não mensurado no momento da realização da Reunião de Avaliação Estratégica.</p> <p>2º Grau - Meta alcançada - tempo médio de julgamento 118 dias x 120 dias estabelecidos para a meta.</p> <p>Análise Crítica:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Identificada a necessidade de ação junto aos Juízes Eleitorais, para acelerar o julgamento dos processos de Prestação de Contas, cujo prazo final é nov.17, para que não haja uma grande demanda para julgamento no 2º Grau e impacte no cumprimento das metas dos Indicadores Estratégicos; • Identificada a necessidade de iniciar o trabalho de planejamento para apoio de servidores aos Gabinetes dos Desembargadores, para julgamento dessas demandas. <p>ID 15 - Taxa de congestionamento</p> <p>Resultados:</p> <p>1º Grau - Indicador não mensurado no momento da realização da Reunião de Avaliação Estratégica.</p> <p>2º Grau - Meta alcançada - Taxa de congestionamento de 12% x 25% estabelecido pela meta.</p> <p>Análise Crítica:</p> <p>Resultados 2017:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Total de Processos Judiciais Baixados no 2º grau: 1.287 • Total de Casos Novos no 2º grau: 1.068 • Total de Casos Pendentes no 2º grau: 394

Fatores que contribuíram – 2º grau:

- O envolvimento dos Assessores de Gabinetes no acompanhamento dos resultados dos indicadores estratégicos.

Ponto de melhoria – 2º grau:

Melhorar as informações da análise críticas dos indicadores, para facilitar a análise comparativa dos dados anuais.

Logística sustentável:

- Analisar a reinclusão dos critérios de sustentabilidade no plano de contratações;
- As informações sobre o desempenho do PLS estão disponibilizado no Relatório de Desempenho do PLS, disponibilizado na internet, no seguinte endereço: <http://www.tre-pe.jus.br/o-tre/logistica-sustentavel>.

Síntese dos Resultados 2017:

- Quantidade de Metas Alcançadas: 9
- Quantidade Total de Metas para o período: 10

Análise gerencial:

Foram estabelecidas metas para 10 Temas do PLS/TRE-PE, tendo sido alcançadas 90% delas. Somente o tema Combustíveis não teve o resultado esperado. A maioria dos temas teve a Meta Superada. Em resumo:

1. Qualidade de Vida (Meta Superada)
2. Sensibilização e Capacitação Socioambiental (Meta Superada)
3. Água & Esgoto (Meta Alcançada)
4. Energia elétrica (Meta Alcançada)
5. Copos descartáveis (50 ml e 200ml) (Meta Superada)
6. Água envasada (Meta Superada)
7. Suprimentos de impressão (Meta Superada)
8. Papel para impressão (Meta Superada)
9. Telefonia (Meta Superada)

Fatores que dificultaram o alcance da meta de combustíveis:

**Melhorar a
relação com o
meio ambiente**

Em 2017, a meta estabelecida foi reduzir em 20% o consumo em litros em relação ao registrado em 2015, ou seja, o Consumo Máximo Admitido (CMA) seria de 73.448 litros de combustíveis. Tal teto tomou por base um estudo feito pela SETRANS e a Comissão Socioambiental no início do ano.

Segundo relatório da SETRANS, o envolvimento com a revisão biométrica no interior do estado, eleições suplementares ocorridas em 2017 e outras viagens ao interior que demandaram intensamente veículos oficiais contribuíram para o não alcance da meta de 20% de redução do consumo de combustíveis.

A proporção de combustíveis utilizados nos dois anos foi muito semelhante, sendo mais de 60% de gasolina e menos de 1% de etanol. Portanto, permanece a elevada proporção de consumo de combustíveis fósseis, representando a quase totalidade do consumo. Tal fator se deve à falta de análise de ciclo de vida nas aquisições, posto que o argumento maior é a baixa eficiência do combustível renovável (etanol) x o preço. O fator financeiro pesa muito, especialmente em período como este de cortes significativos no orçamento.

Em 2015 foram percorridos 736.398 Km e utilizados 91.809 litros de combustíveis. Já em 2017 um consumo de 80.701 litros, ou seja, uma economia de mais de 11 mil litros comparado ao ano de 2015. Essa economia corresponde a 12,1%.

Em relação à quilometragem anual rodada pela frota, verifica-se que em 2017 foram percorridos 607.506 km. Comparado a 2015, é possível observar um decréscimo de 38.892 km, o equivalente, em termos percentuais, a uma redução de 5,3%.

Em relação ao gasto com combustíveis, no ano de 2015 foi gasto um total de R\$ 296.507,69, enquanto que em 2017 o custo com esse item foi de R\$ 284.331,91. Portanto, verifica-se uma variação da ordem de R\$12.175,78, o equivalente a uma redução de 4,1% comparada ao ano de 2015.

É fundamental destacar que entre os mencionados exercícios financeiros houve uma grande variação para cima dos preços médios dos combustíveis.

Em 2015, a média de preço por litro dos combustíveis foi de R\$ 3,23; em 2017, esse valor foi de R\$ 3,52. OU seja, um aumento de aproximadamente 8,98% por litro. Por essa razão pela qual a economia financeira não foi ainda mais expressiva.

Para alcance da meta estabelecida, foram estruturadas, em linhas gerais, 03 (três) políticas de utilização de veículos oficiais:

- Ampliação da Logística de transportes compartilhada: o

	<p>compartilhamento de veículos solicitados pelos Cartórios Eleitorais do Grande Recife situados no mesmo prédio ou geograficamente próximos.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Limite de solicitações de veículos por semana: via de regra, as Zonas Eleitorais da Região Metropolitana do Recife estão limitadas a 01 (uma) solicitação de veículos por semana, pois assim evitam-se os pedidos reincidentes e a concentração do recurso de transportes numa mesma unidade. • Centralização de partidas e chegadas de viagens: o ponto de partida e chegada das viagens institucionais passou a ser, por padrão, as dependências do Tribunal, ou seja, nova Sede, casarão anexo (Praça do Entroncamento), antiga Sede (casarão da av. Rui Barbosa) e QG Iputinga. <p>Ações gerenciais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Redimensionamento da frota de veículos; • Contratação do aplicativo de táxi.
<p>Desenvolver competências</p>	<p>Desenvolvimento de competências:</p> <p>ID19 - Índice de aderência ao PAC</p> <p>Resultado da meta em 2017, 88% de aderência - Meta estabelecida 90%.</p> <p>Foram evidenciados as seguintes ações:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Maior controle, por parte do COGEST, das propostas de inclusão de capacitações no PCI; • Maior integração dos gestores quanto aos cursos solicitados x realizados; • Necessidade de reavaliar o indicador, que será incluído no planejamento do SGP, visando não prejudicar o resultado com a realização de cursos que foram realizados no decorrer do exercício. <p>ID20 - Índice de Eficácia dos Treinamentos Realizados</p> <p>Resultados 2017:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Resultados Alcançados após a realização dos treinamentos: 45 • Resultados Previstos no planejamento: 47 <p>Fatores que contribuíram para o alcance da meta:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Elaboração da Portaria n.º 934/2017 que instituiu o Modelo de Avaliação de Eficácia de Capacitação e determinou um prazo de 5 dias úteis para o gestor responder à Avaliação; • Sistemática definida quanto aos resultados esperados

com a capacitação, processos mapeados, bem como maior envolvimento dos gestores quanto a importância da avaliação.

Fatores que dificultaram o alcance da meta:

- Inexistência de sistemática definida quanto aos resultados esperados com a capacitação, bem como ausência de processos mapeados que dificulta o gestor identificar os resultados/entregas implementados após a realização da capacitação;

ID 21 - Índice de Absenteísmo Institucional

Resultados 2017:

- Ausências dos Servidores no Período: 4.947
- Total de Servidores ao final do período: 1.131
- Total de Dias Úteis do período: 12

Fatores que contribuíram:

- O desenvolvimento de programas institucionais sugeridos pela Coordenadoria de Atenção à Saúde, que levam em consideração a saúde em seu aspecto mais amplo e a importância da organização e das relações do trabalho como fator de saúde ou doença;
- A redução da jornada de trabalho de 7 (sete) para 6 (seis) horas diárias a partir de 1 de abril de 2015;
- Implantação do Comitê Gestor de Atenção Integral à Saúde, com a formatação de plano integrado.

Fatores que dificultaram:

- A concepção institucional, ainda observada, de que saúde e redução do afastamento do trabalho por motivo de doença são de responsabilidade de apenas um setor (CAS), a despeito da indicação contrária;
- A tomada de decisões, por parte da gestão, que vão de encontro aos esforços de redução de adoecimento, sem oportunidade de avaliação antecipada e apropriada dos possíveis impactos.

Registro de lições aprendidas:

- Necessidade de integração das diversas áreas na formatação e implementação de programas, projetos e ações vinculados à política de saúde;
- Necessidade de reavaliar o fornecimento de diárias para o deslocamento do servidor na realização de exames periódicos;
- Avaliar a necessidade de realização de convênios com órgãos presentes em municípios do interior do estado, para a realização de perícias médicas.

**Incentivar a
saúde e bem**

estar dos servidores

ID22 - Índice de realização de Exame Periódico de Saúde – EPS Servidores

Resultados 2017:

- Número de servidores que fizeram o exame periódico: 27
- Número total de Servidores que se enquadram, em razão da idade, no período analisado: 284

Fatores que contribuíram:

- Articulação com outras Secretarias, através do Comitê Gestor Local de Saúde, para proposição de ações e ampliação de campanhas para participação dos servidores nos exames periódicos;
- Mudança cultural gradual na Instituição, no sentido de compreender o papel primordial da prevenção como medida essencial para o controle do adoecimento;
- Maior conhecimento, por parte da Instituição e servidores, da existência do programa de exames médicos periódicos;
- Sistematização do processo de convocação e solicitação de exames complementares (SASS);
- Disponibilização de diárias para deslocamento dos servidores do interior para realização de exames.

Fatores que dificultaram:

- Sobrecarga de trabalho;
- Não existência do hábito de realização dos exames (na própria Instituição) por parte dos servidores;
- Não existência de uma cultura organizacional que estimule a participação nos exames.

ID23- Índice de Satisfação do Servidor no ambiente de trabalho

Indicador não mensurado em 2017, em virtude da necessidade de adequação da métrica e variáveis às variáveis do PROART. Pesquisa realizada por profissionais especializados, que permitiu a construção de uma visão sistêmica de fatores que impactam na satisfação do servidor.

ID24 - Índice de aderência aos padrões mínimos de TIC

Resultados 2017:

- Quantidade de Requisitos Alcançados: 3
- Quantidade Total de Requisitos: 3

Fatores que contribuíram para o alcance da meta:

- Observação fiel aos prazos registrados no Plano de Trabalho do ENTIC-JUD. Para tanto, o tema deverá ser objeto de tratamento em reunião do CETIC, em

<p>Governança de TIC</p>	<p>periodicidade mínima mensal;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Acompanhamento periódico pelo CETIC das ações previstas no Plano de Trabalho do ENTIC-JUD. <p>ID 25 - índice de aderência do PETIC</p> <p>Resultados 2017:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Quantidade de Metas Alcançadas: 13 • Quantidade Total de Metas o período: 14 <p>Fatores que contribuíram para o alcance da meta:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Monitoramento permanente da execução das ações relacionadas aos Objetivos Estratégicos do PETIC, com a contínua aplicação de iniciativas garantidoras do alcance das metas previstas; • Disponibilidade das Unidades não vinculadas à STIC, gestoras especialmente das ações referentes à gestão de pessoas e execução orçamentária/financeira, no apoio ao alcance dos Objetivos Estratégicos previstos no PETIC; • Monitoramento pelo CETIC da execução das ações relacionadas aos Objetivos Estratégicos do PETIC, com a contínua aplicação de iniciativas garantidoras do alcance das metas previstas.
	<p>ID26 - Índice de aderência aos critérios de acessibilidade dos imóveis utilizados pelo TRE-PE</p> <p>Resultados 2017:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Quantidade de Imóveis com Aderência Satisfatória: 95 • Quantidade Total de Imóveis: 133 <p>Análise gerencial:</p> <ul style="list-style-type: none"> • As seguintes alterações nos imóveis na justiça eleitoral no estado impactaram mudanças e melhoria nas condições de acessibilidade para 2015: Reformas nos Cartórios de São Caetano e Sede da Rui Barbosa. Transferência de imóvel onde funcionava o Cartório Eleitoral de Afogados da Ingazeira e DU para o novo Fórum Eleitoral inaugurado em março de 2017. <p>Fatores que contribuíram para o alcance da meta:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Disponibilidade de espaço físico adequado para as atividades de planejamento; • Disponibilidade de software e hardware de informática para desenvolvimento das atividades; • Colaboração dos servidores dos cartórios eleitorais disponibilizando informações e levantamento fotográfico para coleta de dados;

Assegurar a melhoria da infraestrutura física e de acessibilidade

- Foram considerados neste levantamento os depósitos de urnas eletrônicas e o Expresso Cidadão em Olinda.

Fatores que dificultaram o alcance da meta:

- Falta de imóveis adequados para locação no interior do estado;
- Utilização de áreas insuficientes no TJ, com dificuldade inclusive de realizar intervenções maiores em imóveis de terceiros;

Ações gerenciais:

- Verificação das condições de acessibilidade dos imóveis;
- Planejamento/projeto com vistas a melhorias;

Procedimentos administrativos preparatórios de intervenção como licitações, contratação e emissão de ordem de serviço.

Registro de lições aprendidas:

- Realizar a manutenção constante da base de dados que informa as adequações dos imóveis.
- A SCI registrou que em 2019 haverá auditoria coordenada pelo TSE nas instalações dos cartórios eleitorais.

ID27 - Índice de adequação das instalações físicas

Resultados 2017:

- Quantidade de Imóveis com Adequação Satisfatória: 103
- Quantidade Total de Imóveis: 133

Fatores que contribuíram para o alcance da meta:

- Planejamento das Ações;
- Acompanhamento efetivo das ações;
- Organização das Planilhas de Classificação de Imóveis;
- Planejamento das Ações;
- Termo de Concessão de Uso com o TJPE.

Fatores que dificultaram o alcance da meta:

- Priorização do Recadastramento Biométrico;
- Grande demanda de serviços de Manutenção;
- Quantitativo reduzido de servidores;
- Procedimentos de contatação: Tempo x Ação.

Ações gerenciais:

- Reavaliação na reestruturação da equipe e dos procedimentos internos visando a otimização dos trabalhos;
- Mapeamento e controle dos SAC's de manutenção;

- Planejamento das ações da CEA para o acompanhamento das obras;
- Aperfeiçoamento do Plano de Manutenção Anual, considerando os mensuradores do Indicador 27.

Pontos de Melhoria:

- Atuação da Comissão de Acessibilidade;
- Abrangência no controle de atendimento aos requisitos de acessibilidade para 2018.

- ID 30 (ADERÊNCIA): PERCENTUAL ANUAL ATINGIDO: 82% - META: 80%. Fatores que contribuíram: Boa análise e planejamento da proposta orçamentária. Monitoramento do índice ao longo do exercício. Fatores que dificultaram: Neste exercício poderíamos ter uma queda no índice em razão dos créditos orçamentários não utilizados em função da ausência de limite de pagamento. Todavia, a meta não só foi alcançada como superada. AÇÕES VISANDO MELHORIAS: Melhoria do acompanhamento da empenhamento orçamentária e alinhamento do orçamento com o plano de contratações, no que tange ao empenhamento das despesas, por elas. Este TRE já figura entre os melhores Regionais na aderência ao planejamento desde que o TSE adotou este acompanhamento, demonstrando o acerto realizado pela SOF na análise das propostas das Unidades;
- ID 29 (ORÇAMENTO DISPONÍVEL): PERCENTUAL ANUAL ATINGIDO: 86,8% - META: 91% - Meta TSE 97%, podendo ser modificada a critério da Setorial Superior. Fatores que contribuíram: No intuito de obter condições mais favoráveis ao Regional, foi solicitada a ampliação do limite de pagamento do Órgão, fortemente impactado pelo volume de Restos a Pagar inscritos em 2016. Após gestões junto ao TSE, obtivemos uma ampliação do nosso limite de pagamento em mais de R\$ 4 milhões, amenizando o impacto dos valores inscritos em Restos a Pagar, abrindo espaço para aumentar a execução do orçamento 2017, de forma a melhor atender melhor às necessidades das Unidades executoras. Foi realizado um trabalho de conscientização juntos as diversas Unidades, no intuito de esclarecer as modificações ocorridas a partir da implementação da EC nº 95, indicando a adesão a ARPs para efetuar melhorias na execução orçamentária, possibilitando contratações no final do exercício. Fatores que dificultaram: Todavia, a ampliação ocorreu somente no mês de outubro, comprometendo a possibilidade de execução integral do orçamento disponível. Houve um grande volume de recursos inscritos Restos a Pagar em 2017,

Gestão de Custos

em torno de R\$ 8,5 milhões que impactaram negativamente na execução, pois utilizaram o nosso limite de pagamento. Desta forma, previu-se uma grande dificuldade de utilizar o orçamento em tela em sua totalidade, e conseqüentemente, não foi possível atingir a meta, dificuldade ocorrida em vários Regionais. Um outro fator que influi negativamente, por exemplo foi a aquisição do Oracle e outros softwares, já que, por vezes, no intuito de obter condições mais vantajosas para a Administração, acabou-se contratando e adquirindo serviços ou materiais por preços inferiores ao estimado inicialmente, caso bem ilustrado pela aquisição das licenças. Conforme pedido de crédito adicional, foi realizada uma previsão de R\$ 1.245.000,00, contudo, no final do exercício a Administração conseguiu uma renovação da licença, que ficou em custeios, manutenção de software, no valor de R\$ 402.857,76, gerando grande economia, mas ao mesmo tempo influenciando negativamente no indicador. AÇÕES VISANDO MELHORIAS: Acompanhar a execução do plano de contratação, levantar periodicamente as disponibilidades, promover boa gestão do plano de contratação pelas diversas Unidades, antecipando as ações necessárias à sua execução. Reduzir ao máximo a inscrição de restos a pagar. Acelerar a execução do plano de contratações. Observar os relatórios emitidos pela SOF informando a disponibilidades orçamentárias e saldos dos empenhos, a fim de não persistirem ao final do exercício saldos desnecessários. Intensificar o acompanhamento e celeridade da execução orçamentária e financeira, inclusive nos últimos meses do ano, de modo a imprimir maior agilidade e resultados no sentido de desenvolver a otimização da execução do orçamento, para tal sempre utilizando a adesão a ARPs.

- ID 30A (CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR): PERCENTUAL ANUAL ATINGIDO: 3,2% - META: 10%. Fatores que contribuíram: Foi realizado um trabalho de conscientização com as diversas Unidades, no intuito de esclarecer as modificações ocorridas a partir da implementação da EC nº 95. Um das grandes alterações se deu quanto à inscrição de restos a pagar, que agora penalizam a execução do orçamento seguinte, pois ambos utilizam o mesmo limite de pagamento. Embora neste primeiro exercício sob a égide da EC 95 ainda tenhamos realizado um grande volume de Restos a Pagar inscritos, o cancelamento realizado foi de 50% do ocorrido em 2016, demonstrando que não foram inscritos valores sem critério. Na SOF foi desenvolvido um monitoramento constante dos saldos dos empenhos, a fim de não persistirem ao final do exercício saldos desnecessários.

Também foram enviados relatórios de acompanhamento para manifestação das diversas unidades do Tribunal. A SOF/TSE realizou acompanhamento da situação de cada Regional, elaborando ranking de execução financeira e orientando os Tribunais a perseguirem ótimos índices ao final do exercício. Fatores que dificultaram: O que ainda gera cancelamento de restos a pagar, embora os resultados Tenham sido muito bons no exercício passado, é a imprevisibilidade de algumas despesas estimativas. Também contribuiu negativamente neste exercício os valores cancelados na obra de Afogados da Ingazeira, em torno de R\$ 100 mil. AÇÕES VISANDO MELHORIAS: Evitar a inscrição de valores elevados nos casos de despesas estimativas. Caso o empenho inscrito seja insuficiente para o pagamento da fatura, utilizar orçamento do próprio exercício.



Documento assinado eletronicamente por **ANA CRISTINA VIEIRA DE BARROS CORREIA, Assessor(a) Chefe**, em 07/05/2018, às 12:17, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ANA PAULA ROCHA DE MORAES, Analista Judiciário(a)**, em 07/05/2018, às 20:07, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MLEXENER BEZERRA ROMEIRO, Coordenador(a)**, em 08/05/2018, às 07:52, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **SÉRGIO COSTA ANDRADE, Secretário(a)**, em 08/05/2018, às 08:07, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JANE LEITE WANDERLEY, Secretário(a)**, em 08/05/2018, às 10:25, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MAURÍCIO ALEXANDRE DA SILVA FILHO, Secretário(a)**, em 08/05/2018, às 13:21, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO PEREIRA BASTO, Servidor(a) Requisitado(a)**, em 09/05/2018, às 10:09, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **SAULO JOSE DE ARAUJO MOREIRA, Assessor(a) Chefe**, em 09/05/2018, às 14:56, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDA ISABELA SARAIVA LANDIM LESSA, Técnico(a) Judiciário(a)**, em 10/05/2018, às 08:27, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ANTÔNIO JOSÉ DO NASCIMENTO, Secretário(a)**, em 10/05/2018, às 22:11, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO JORGE DA SILVA LUCAS, Presidente do GT**, em 15/05/2018, às 11:56, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **GIOVANNA DE AGUIAR DALLA-RIVA, Analista Judiciário(a)**, em 17/05/2018, às 14:53, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ADÉLIA LEOPOLDINA CARVALHO RODRIGUES DOS SANTOS, Analista Judiciário(a)**, em 24/05/2018, às 13:11, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ORSON SANTIAGO LEMOS, Assessor(a) Chefe**, em 28/05/2018, às 11:30, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-pe.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0581007** e o código CRC **6DA3F545**.

Resultados Estratégicos 2018

Objetivos

- ✓ Análise do processo de gestão estratégica;
- ✓ Resultados dos Indicadores Estratégicos e propostas de ações de melhorias.

➤ **Planejamento Estratégico Institucional**

- ✓ Resolução TRE-PE nº 240/2015;
- ✓ Portaria TRE-PE nº 990/2016 – 1ª Revisão.

➤ **Plano de Gestão da Presidência**

- ✓ Portaria TRE-PE nº 948/2015 (Biênio 2015-2017)
- ✓ Portaria TRE-PE nº 1.294/2017 (Biênio 2017-2018)

Linhas de Atuação Estratégicas do TRE-PE

Satisfação do Cidadão

Promoção à Cidadania

Estruturação da Governança

Estruturação da Governança de TIC

Segurança do Processo Eleitoral

Assegurar a lisura do Processo Eleitoral



Gestão eficiente da execução orçamentária e financeira

Celeridade no julgamento e redução de passivo de processos judiciais e administrativos

Melhoria da Relação com o Meio Ambiente

Desenvolvimento de Competências

Incentivo à Saúde e Bem Estar de Servidores

Adequação da infraestrutura física e de acessibilidade

Análise do Processo de Gestão Estratégica





Análise de desempenho

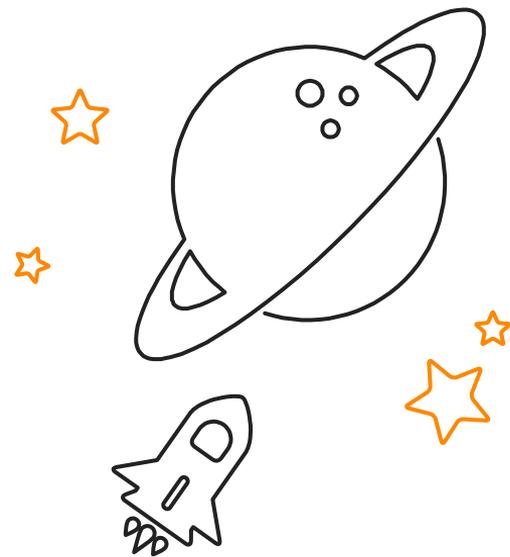
- ▶ *35 Indicadores (3 subdivididos);*
- ▶ *3 IDs (8,6%) não eram para serem mensurados em 2018;*
- ▶ *8 IDs (22,8%) não mensurados;*
- ▶ *14 IDs (40%) com metas alcançadas;*
- ▶ *10 IDs (28,6%) com metas não alcançadas.*



Pontos a serem melhorados

- ▶ **Sistematização** das etapas de monitoramento e análises estratégicas – definição clara de atribuições - *COGEST, Comitês Setoriais e demais unidades*;
- ▶ **Qualificação** dos gestores na atividade de **análise crítica**;
- ▶ Maior **divulgação** das informações estratégicas, como instrumento de **internalização** por parte dos gestores e servidores;
- ▶ **Automação** das informações estratégicas.

Promoção à Cidadania



Análise de Resultados

Satisfação do Cidadão

ID01 – Índice de Satisfação do Cidadão

ID08 – índice de satisfação às solicitações da Ouvidoria

✓ Pesquisa de Satisfação implementada em 2018 – ZEs e Centrais de Atendimento;

✓ Necessidade de estruturação da Ouvidoria para prover a estruturação do processo de **gerenciamento de satisfação do cidadão**, com a geração de informações que possibilite identificar as necessidades da sociedade.

Controle de entregas de Iniciativas Estratégicas

ID09 – Índice de respostas emitidas pela Ouvidoria

✓ **Indicador não mensurado**

- Necessidade de estruturação da Ouvidoria para prover a estruturação do processo de **gerenciamento de satisfação do cidadão**, com a geração de informações que possibilite identificar as necessidades da sociedade.

Fomento à Consciência Cidadã

ID03 – Quantitativo de cidadãos beneficiados pelo projetos sociais

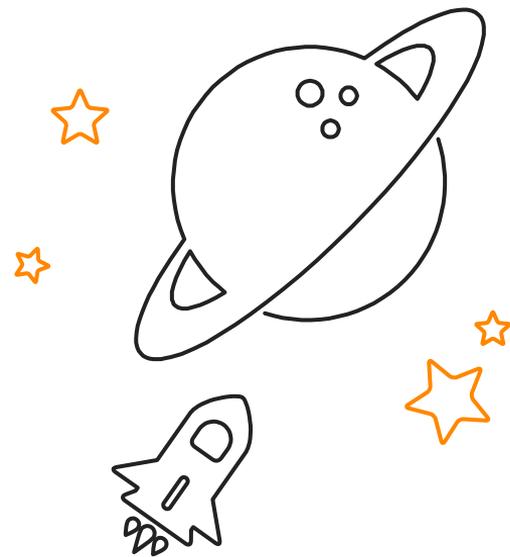
- ✓ Meta alcançada: **157%**
 - Eleitor do Futuro – 8.000 (previsão) x **10.408**;
 - Capacitações – 1.000 (previsão) x **1.048**;
 - Mesário Voluntário – 1.000 (previsão) x **4.246**.
 - Previsão de 10.000 cidadãos beneficiados x 15.702.
- ✓ Necessidade de aprovação de planejamento de ações, por parte da Presidência – *Meta Específica do CNJ 2018.*

Controle de matérias positivas nas mídias

ID05 – Índice de matérias institucionais positivas

- ✓ Meta alcançada: 90% - **99%**
- Total de matérias vinculadas sobre o TRE-PE: **2.248**;
- Total de matérias positivas – **2.225**.
- ✓ Indicador será substituído em 2018, para permitir um melhor acompanhamento da implantação da Política de Acesso à Informação – Resolução CNJ nº 215/2015.

Instituir Governança Judiciária



Análise de Resultados

Controle de determinações de auditorias

ID05 – Índice de atendimento das determinações de auditoria

ID05A – Índice de cumprimento dos planos de ação das auditorias

✓ **ID 05 – Meta não alcançada: 100% - 89%**

- Total de determinações – Gestão: 42
- Total de determinações atendidas – 38
- Desempenho – 90%

- Total de determinações – Pessoas : 23
- Total de determinações atendidas – 20
- Desempenho – 87%

Controle de determinações de auditorias

ID05 – Índice de atendimento das determinações de auditoria

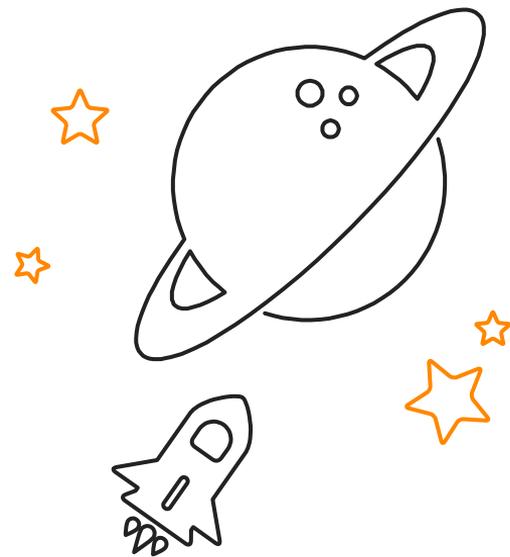
ID05A – Índice de cumprimento dos planos de ação das auditorias

✓ **ID 05A – Meta não alcançada: 100% - 73%**

- Total de ações propostas – Gestão: 10
- Total de ações atendidas – 6
- Desempenho – 60%

- Total de ações propostas – Pessoas: 28
- Total de ações atendidas – 24
- Desempenho – 86%

Fortalecer a segurança e a transparência do processo eleitoral



Análise de Resultados

ID10 – Índice de eleitores com cadastro biométrico

- Planejamento mais integrado de adequação física e lógica, porém com alguns atrasos;
- Dificuldades de disponibilização de recursos por parte das Prefeituras
- Rezoneamento.

✓ **Meta não alcançada – 67,2% - 67,1%**

- Total de eleitores do Estado: 6.512.353;
- Meta 2017 – 4.558.647;
- Resultados alcançado – 4.369.035 (*diferença de 189.612 eleitores*)

Segurança física e patrimonial

ID11 – Índice de cumprimento do Plano de Trabalho de Segurança Institucional

✓ **Indicador não mensurado**

- *Não constituição do Plano de Segurança Física e Patrimonial;*
- *Necessidade de formalizar Planejamento de ações de segurança para atendimento às determinações:*
 - *Resolução CNJ 176;*
 - *Resolução TRE-PE nº 205/2013;*
 - *IN TRE-PE nº 03/2014.*

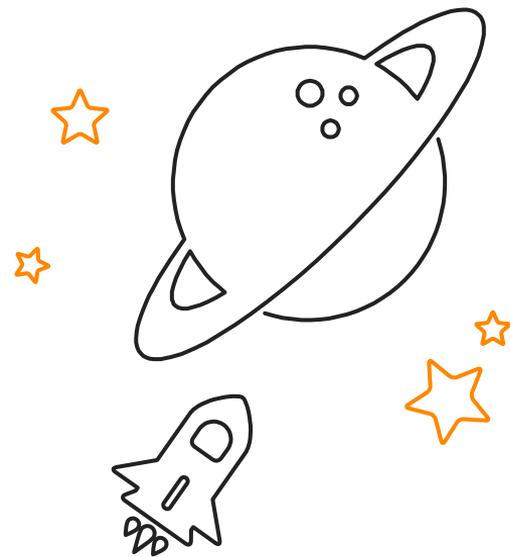
Segurança da Informação

ID12 – Índice de cumprimento do Plano de Segurança da Informação

✓ **Meta Alcançada 100% das ações implementadas**

▶ *Para 2018 a ênfase será no controle da implantação dos requisitos da Política de Segurança da Informação da JE – Resolução TSE 23.501/2016.*

Assegurar a lisura do processo eleitoral



Análise de Resultados

Controle de processos que importem em perda de mandato e diplomação – 1º Grau

ID13.1 – Índice de processos pendentes que importem em restrições à diplomação e ao exercício do mandato

ID14.1 – Tempo de Julgamento de processos que importem em restrições à diplomação e ao exercício do mandato

✓ Dados em levantamento, por parte da unidade CRE

Baixa de processos judiciais e administrativos

ID15.1 – Índice de processos pendentes que importem em restrições à diplomação e ao exercício do mandato

✓ Dados em levantamento, por parte da unidade CRE

✓ Ponto a melhorar:

- Maior necessidade de envolvimento dos Juízes e Chefes de Cartórios para melhoria da análise crítica;
- Automação da captação de dados estatísticos.

Controle de processos que importem em perda de mandato e diplomação – 2º Grau

ID13.2 – Índice de processos pendentes que importem em restrições à diplomação e ao exercício do mandato

ID14.2 – Tempo de Julgamento de processos que importem em restrições à diplomação e ao exercício do mandato

✓ ID13.02 – Meta não Alcançada

- Meta – 0 processos pendente
- Resultado – 16 processos pendente em 2017
- Total de processos analisados: 95

✓ ID14.02 – Meta Alcançada

- 95 processos analisados;
- Tempo médio – 118 dias – Meta 120 dias

Baixa de processos judiciais e administrativos

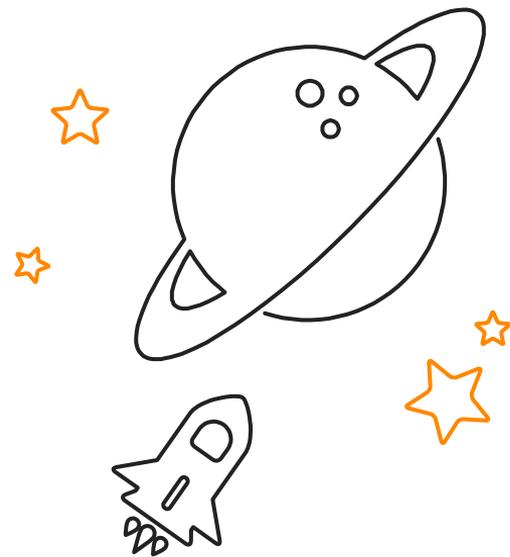
ID15.2– Índice de processos pendentes que importem em restrições à diplomação e ao exercício do mandato

- ✓ Participação dos Assessores dos Gabinetes de Desembargadores no controle da tramitação dos processos judiciais e administrativos;
- ✓ Ponto a melhorar:
 - Atuação do COJUR na gestão jurisdicional;
 - Automação da captação de dados estatísticos.

✓ ID15.02 – Meta Alcançada – 12% de 25% prevista

- Processos novos 2017 – 1.068
- Processos pendentes – 394
- Processos baixados – 1.287

Melhorar a Relação com o Meio Ambiente



Análise de Resultados

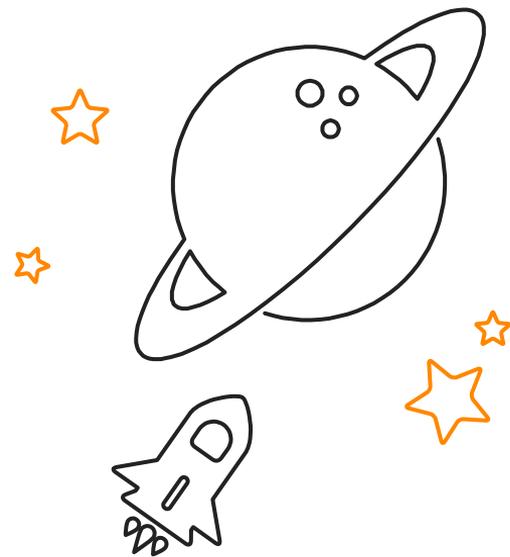
Logística Sustentável

ID16 – Índice de requisitos do Plano de Logística Sustentável implementado;

ID17 – Índice de alcance das metas do PLS do TRE-PE;

ID 18 – Índice de aderência aos indicadores mínimos do PLS.

Desenvolver Competências



Análise de Resultados

Desenvolvimento de Competências

ID19 – Índice de aderência ao PAC

ID 20 – Índice de eficácia dos treinamentos realizados

■ Maior controle, por parte do COGEST, das proposta de inclusões de capacitações no PCI.

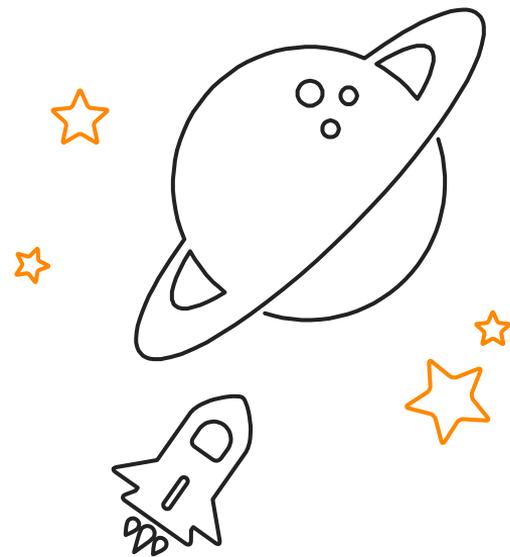
✓ ID19 – Meta não alcançada – 88% de 90 % (meta)

- Capacitações realizadas em 2017 – 64;
- Capacitações realizadas previstas no PAC - 56

✓ ID20 – Meta alcançada – 96% de 60% (meta)

- Quant. de avaliações realizadas - 47
- Quant. de capacitação eficaz – 45.

Incentivar a saúde e o bem-estar de servidores



Análise de Resultados

Controle de absenteísmo e exames periódicos

ID21 – Índice de absenteísmo 

ID 22 – Índice de realização de exames periódicos de saúde

ID 23 – Índice de satisfação do Servidor no ambiente de trabalho

✓ **ID22 – Meta a ser definida**

PERÍODO	2017	2016	2015	2014
QSE	148	36	133	27
TServ	1085	669	836	284
ÍNDICE	13,64%	5,38%	15,90%	9,50%

✓ **ID23 – Não mensurado em 2017**

- Associação de indicadores com os resultados do PROART, para 2018.

Assegurar a melhoria da governança e infraestrutura de TIC



Análise de Resultados

Governança de TIC

ID24 – Índice de aderência aos padrões mínimos de TIC

ID 25 – Índice de aderência às metas do PETIC

✓ **Sistematização das reuniões setoriais;**

✓ **ASSIGG estruturada e com atribuições implementadas;**

✓ **Planejamento estruturado das ações e exigências estratégicas de governança.**

✓ ID24 – Meta Alcançada (Meta 90%)

PERÍODO ACUMULADO	2013	2014	2015	2016	2017
QRA	17	18	20	8	3
QTR	23	22	24	8	3
PRA	74%	82%	83%	100%	100%

✓ ID25 – Meta alcançada (meta 90%)

PERÍODO ACUMULADO	2013	2014	2015	2016	2017
QMA	6	11	10	3	13
QTM	9	12	12	3	14
DPM	67%	92%	83%	100%	93%

Assegurar a melhoria da infraestrutura física e de acessibilidade



Análise de Resultados

Adequação de Infraestrutura Física

ID26 – Índice de aderência aos critérios de acessibilidade dos imóveis utilizados pelo TRE-PE

ID27 – Índice de adequação das instalações físicas

✓ **Pontos de melhorias:**

- Atuação da Comissão de Acessibilidade;
- Abrangência no controle de atendimento aos requisitos de acessibilidade para 2018.

✓ **ID26 – Meta Alcançada** (Meta 40%)

- Resultado alcançado: 71% de imóveis com condições satisfatórias de requisitos de acessibilidade;
- 133 imóveis utilizados pelo TRE-PE;
 - 95 com condições satisfatórias quanto ao atendimento de requisitos de acessibilidade em infraestrutura física.

✓ **ID27 – Meta alcançada** (meta 75%)

- Resultado alcançado: 77% de imóveis com condições satisfatórias dos requisitos de infraestrutura física;
- 133 imóveis utilizados pelo TRE-PE;
 - 103 com condições satisfatórias

Aperfeiçoar a Gestão Orçamentária e Financeira



Análise de Resultados

ID28 – Índice de aderência do planejamento de aquisições e contratações

✓ ID28 – Meta Alcançada (Meta 80%)

- Resultado alcançado: 80% aquisições realizadas, com previsão no PCI;
- 352 contratações inicialmente previstas;
- 277 contratações realizadas, com conformidade com o PCI inicial.

- ✓ Sistemática da IN TRE-PE nº 14/2017, implementada e **com melhorias para 2018**;
- ✓ Maior envolvimento dos gestores quanto ao acompanhamento das contratações;
- ✓ Maior acompanhamento do COGEST com as contratações institucionais.
- ✓ **Necessidade de automatizar informações gerenciais de contratações e valores.**

Planilha de acompanhamento do Desempenho Médio do Plano de Contratações				
UNIDADES GESTORAS	PLANOS	TACP	TACPR	DIPC
SA	Aquisições, obras, serviços e locações	206	168	82%
STIC	Soluções na área de tecnologia da informação e comunicação	22	21	95%
EJE – Biblioteca	Assinaturas de periódicos	12	12	100%
SGP	Serviços de apoio às ações na área de gestão de pessoas	81	60	74%
EJE	Serviços de apoio às ações da Escola Judiciária Eleitoral	3	3	100%
AGS	Serviços de apoio à área de gestão ambiental	4	3	75%
ASCAI	Serviços de apoio às ações na área de cerimonial e eventos	19	6	32%
ASSEG	Serviços na área de segurança institucional	3	2	67%
ASCOM	Serviços na área de comunicação institucional	2	2	100%
Desempenho Médio do Plano de Contratações 2017				80%
Meta 2017				80%

ID29 – Índice de execução do orçamento disponível

ID30 – Índice de aderência orçamentária

ID30A – Índice de cancelamento de Resto a Pagar.

✓ **ID29 – Meta não Alcançada** (Meta 91% no TRE-PE e 97% no TSE)

- Resultado alcançado: 86,8% de orçamento executado – R\$ 31.448.630,55;
- Orçamento disponível- R\$ 36.220.685,00.

✓ **ID30 – Meta Alcançada** (Meta 80%)

- Resultado alcançado: Aderência de 82% referente à programação do PI – R\$ 29.211.360,00
- Valor disponível- **R\$ 35.418.505,00.**



ID29 – Índice de execução do orçamento disponível

ID30 – Índice de aderência orçamentária

ID30A – Índice de cancelamento de Resto a Pagar.

✓ ID30A – Meta não Alcançada (Meta

- Cancelar até 10%)

- Resultado alcançado: 3,2% de cancelamento de RP – R\$ 271.153,12
- Total de RP 2017 – R\$ 8.515.172,92.

✓ Maior controle na execução de RP – EC 95, por parte do TRE-PE e TSE.

Obrigada!

asplan@tre-pe.jus.br